

## ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL: NOVOS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO?

**Nildo Aparecido Melo**

Secretaria de Estado da Educação, Presidente Prudente. São Paulo, Brasil.

Email: nildomelo@zipmail.com.br

### **Resumo**

A crise das políticas keynesianas de intervenção estatal na economia e de planejamento regional levou ao surgimento de “novas” teorias do desenvolvimento econômico, entre elas o desenvolvimento local, o desenvolvimento sustentável e a economia solidária. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico na economia solidária está atrelado à associação, cooperação e solidariedade entre os trabalhadores, articulando-se às potencialidades locais de desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental, além dos preceitos socialistas utópicos do século XIX, colocando-se como uma alternativa aos modelos clássicos de análise do crescimento econômico. A análise das características funcionais dos empreendimentos econômicos solidários na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, no entanto, possibilitou o questionamento das reais possibilidades dessas teorias na emancipação social e na transformação da sociedade capitalista, em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas e as contradições com as relações de produção neste início de século XXI.

**Palavras-chave:** Economia solidária; Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento local; Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento das forças produtivas.

### **SOLIDARITY ECONOMY, LOCAL DEVELOPMENT AND SUSTAINABLE: NEW PARADIGM OF ECONOMIC DEVELOPMENT?**

### **Abstract**

The crisis of the Keynesian politics of state intervention in the economy and regional planning led to the emergence of "new" theories of economic development, including local development, sustainable development and solidarity economy. In this context, the economic development in solidarity economy is related to the association, co-operation and solidarity among workers, linking up local development potential and environmental sustainability, beyond the utopian socialist precepts of the nineteenth century, posing as an alternative to classical models of analysis of economic growth. The analysis of the functional characteristics of the economic solidary enterprises in the 10th Region Administrative state of Sao Paulo, however, allowed the questioning of the real possibilities of these theories in the social emancipation and transformation of capitalist society, in consonance with the development of productive forces and contradictions with the production of relations in this beginning of XXI century.

**Keywords:** Solidary economy; Economic development; Local development; Sustainable development; Development of the productive forces.

## **ECONOMÍA SOLIDARIA, LOCAL Y DESARROLLO SOSTENIBLE: NUEVOS PARADIGMAS DE DESARROLLO ECONÓMICO?**

### **Resumen**

La crisis de las políticas keynesianas de intervención estatal en la economía y la planificación regional dio lugar a la aparición de "nuevas" teorías del desarrollo económico, incluyendo el desarrollo local, el desarrollo sostenible y la economía solidaria. En este contexto, el desarrollo económico en la economía solidaria está vinculado a la asociación, la cooperación y la solidaridad entre los trabajadores, que enlazan con potencial de desarrollo local y la sostenibilidad del medio ambiente, más allá de los preceptos socialistas utópicos del siglo XIX, que presenta como una alternativa a modelos clásicos de análisis del crecimiento económico. El análisis de las características funcionales de las empresas económicas solidaridad en la Región Administrativa 10 de Sao Paulo, sin embargo, permitió el cuestionamiento de las posibilidades reales de estas teorías en la emancipación social y la transformación de la sociedad capitalista, en línea con el desarrollo de las fuerzas productivas y contradicciones con las relaciones de producción en el comienzo del siglo XXI.

**Palabras-clave:** Economía social; Desarrollo económico; Desarrollo local; Desarrollo sostenible; Desarrollo de las fuerzas productivas.

### **Introdução**

A crise das políticas de intervenção estatal na economia e do planejamento regional ensejou o fortalecimento de propostas alternativas ao modelo clássico de desenvolvimento econômico, no contexto do movimento de reestruturação capitalista, desencadeado a partir do questionamento das normas fordistas/tayloristas de regulação social dos “anos dourados” do capitalismo do pós-Segunda Guerra Mundial.

Entre essas teorias destacam-se o desenvolvimento local das potencialidades econômicas e a sustentabilidade ambiental como preceitos básicos do crescimento econômico, apresentando-se articuladas também à economia solidária como alternativa e proposta de reinserção dos trabalhadores excluídos socialmente, através da associação, da cooperação e da solidariedade entre os mesmos, como forma de emancipação social e de transformação da sociedade capitalista atual.

A análise das características funcionais da economia solidária na 10ª Região administrativa do estado de São Paulo possibilitou o questionamento dos reais impactos e possibilidades dessas “novas” teorias sobre o processo de desenvolvimento econômico, sob o enfoque do desenvolvimento acelerado das forças produtivas (reestruturação capitalista e revolução tecnológica) e as contradições daí resultantes nas relações de produção (desemprego, informalidade e precarização do trabalho) neste início de século XXI.

### **Crise da intervenção estatal e as novas abordagens do processo de desenvolvimento**

No bojo da crise das políticas de intervenção estatal na economia e do planejamento regional como instrumento de resolução das desigualdades territoriais do processo de desenvolvimento econômico e no contexto do movimento de reestruturação capitalista, ganharam força propostas e alternativas ao modelo clássico de desenvolvimento, exigindo-se, da mesma forma, novos indicadores para medi-lo.

Entre essas perspectivas destaca-se o desenvolvimento local, permeado pelas potencialidades dos agentes locais e pelas possibilidades endógenas de crescimento econômico, com distribuição de renda, melhoria das condições de vida da população e de sustentabilidade ambiental (MILANI, 2005).

Surgiram questionamentos sobre a viabilidade do desenvolvimento enquanto etapas a serem seguidas pelos países subdesenvolvidos e a permanência das desigualdades sociais, expressas em uma nova agenda de discussão permeada por temas relativos “a descentralização, a governança local, a participação, a emergência da sociedade civil e, mais recentemente, o capital social integram o envelope de novos projetos do sistema de cooperação do desenvolvimento” (MILANI, 2005, p. 09).

Todas essas temáticas e projetos colocam em evidência as diversidades e particularidades locais, passando a exigir medidas de políticas públicas diferenciadas e orientadas para o desenvolvimento local.

Segundo Buarque (1999), o desenvolvimento local surge como uma alternativa ao processo de desenvolvimento econômico baseado em fatores de produtividade, rentabilidade e índices externos de ampliação da capacidade produtiva, no âmbito do enfraquecimento do Estado enquanto regulador de interesses econômicos e mediador de conflitos sociais, o que aponta para a configuração de processos de descentralização administrativa, que colocaram o poder local assumindo responsabilidades e passando a atuar como agente do desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento local deve englobar outras variáveis e outros fatores de desenvolvimento, representados por um “conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local”. (MILANI, 2005, p. 1).

Para Sen (2000), o desenvolvimento local está relacionado diretamente à confiança das pessoas no futuro individual e da comunidade a que pertencem, enfatizando-se a

necessária melhoria da vida social, em detrimento do particularismo do crescimento econômico enquanto promotor do bem estar social por si só.

Por conseguinte, o desenvolvimento não é uma consequência irrestrita e ampla do crescimento econômico, sendo necessária a ampliação das atividades livremente escolhidas por cada sujeito no processo de desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento considerado como instrumento de transformação social, sendo na escala local que se realiza a possibilidade de surgimento e fortalecimento de movimentos emancipatórios e novas utopias, diante das tentativas de uniformização e padronização engendradas pelo processo de globalização/mundialização do capital (SEN, 2000).

Do ponto de vista da abordagem geográfica do desenvolvimento, Santos (1996) ressalta que os lugares e os agentes locais podem fortalecer as horizontalidades, consideradas como “os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (SANTOS, 1996, p. 226), em contraposição aos modelos e padrões impostos pela globalização (“as verticalidades (...) formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (...), sendo possível reconstruir “a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (SANTOS, 1996, p. 227), possibilitando a criação de novas solidariedades, através da sobreposição dos recortes e da simultaneidade das forças locais.

Da mesma forma que o desenvolvimento local se configura como uma alternativa ao processo clássico de desenvolvimento econômico, também se estabeleceram as diretrizes para uma nova agenda de crescimento baseada na sustentabilidade ambiental, isto é, o desenvolvimento sustentável, em contraposição ao desenvolvimento atrelado e subordinado à racionalidade econômica da produção e acumulação de capital, que era medido e quantificado pelo aumento da produção e pela produtividade dos fatores econômicos.

Segundo Héctor Ricardo Leis (1996), a preocupação ambiental com os resultados ou externalidades negativas do crescimento econômico (conforme os pressupostos da corrente neoclássica da economia ambiental), surgiu em meados dos anos de 1960, com a revolução ambiental norte-americana e o crescimento da preocupação de parcelas significativas da população com a degradação ambiental advinda das atividades econômicas.

Nos anos de 1970, “tal preocupação expande-se pelo Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia, Austrália e culmina na década de 80, quando essa preocupação atinge

a América Latina, Europa Oriental, União Soviética e Sul e Leste da Ásia” (LEIS, 1996, p. 90).

A expansão da preocupação ambiental, por sua vez, fez surgir um movimento ambientalista global, através da proliferação de diversos atores e processos tais como as organizações pela proteção do meio ambiente, as agências governamentais reguladoras de processos de preservação ambiental, grupos de cientistas pesquisadores de temas ambientais, o aumento de grupos de consumidores de produtos “verdes”, com a elevação da demanda pelos mesmos no mercado, entre outros grupos constituintes do movimento global em defesa do meio ambiente.

Com a constituição do movimento ambientalista global, tomou forma uma intensa crítica ao reducionismo econômico e ao desenvolvimentismo, vistos pelos ambientalistas como responsáveis pelos problemas sociais e ambientais do crescimento econômico capitalista, como Sachs (1986), que propôs uma revisão conceitual na análise da problemática do desenvolvimento, denunciando ao mesmo tempo seu atrelamento ao crescimento econômico e ao progresso técnico-científico das últimas décadas.

Segunda Sachs (1986) para se combater o crescimento perverso deveria se evitar a hipertrofia do setor de produção de bens de produção e de consumo não-essenciais, determinados pela lógica do mercado e da acumulação de capital, incentivando a produção de bens e serviços essenciais e destinados a satisfação das necessidades fundamentais da população. Assim, “a seleção dos objetivos, obtida subordinando-se o processo de crescimento à lógica das necessidades, deveria permitir a satisfação das necessidades fundamentais da população a um nível modesto de renda *per capita*” (SACHS, 1986, p. 59).

Das discussões em torno da problemática do novo desenvolvimento a se produzir, toma forma o conceito de ecodesenvolvimento, termo introduzido por Maurice Strong, Secretário-Geral da Conferência da ONU para o meio ambiente, em Estocolmo em 1972.

A partir de Ignacy Sachs (1993), o termo foi desenvolvido e disseminado, passando a significar um novo padrão de desenvolvimento baseado nas potencialidades internas de um país ou região (desenvolvimento endógeno), sem criar dependência externa e tendo por função “responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio” (SACHS, 1993, p. 07).

Com a exacerbação dos problemas sociais e ambientais derivados do rápido crescimento econômico do pós-guerra, a Assembleia Geral da ONU (Organização das

Nações Unidas), criou em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que percorreu os cinco continentes em audiências públicas evidenciando os problemas sociais e ambientais ligados ao crescimento econômico capitalista da época.

Nesse novo olhar para a problemática do desenvolvimento, as questões relacionadas ao meio ambiente e ao crescimento econômico apareceram articuladas e entrelaçadas em uma teia de inter-relações e interdependências que determinaram e consubstanciaram o pensamento de que “meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão inevitavelmente interligados.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 40).

Dessas discussões sobre a problemática do desenvolvimento sob o ponto de vista econômico, social e ambiental, o Relatório final da Comissão, denominado Relatório Brundtland, de 1987, definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

Em termos conclusivos, o conceito de desenvolvimento sustentável, consiste essencialmente em um “processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 49).

Em outras palavras, a articulação da eficácia econômica, com a justiça social e com os imperativos de sustentabilidade da natureza, acrescentadas da preocupação com as gerações presentes e a manutenção das possibilidades de reprodução social, econômica e ambiental das gerações futuras.

Essas teorias estabeleceram uma nova agenda de discussão do processo de desenvolvimento econômico, permeando também a configuração das práticas de economia solidária e colocando-a no mesmo patamar de questionamento do modelo clássico do desenvolvimento. Tais iniciativas solidárias apresentam-se determinadas também pela preocupação com a emancipação social através da solidariedade, da cooperação e da associação entre os trabalhadores vulneráveis socialmente ou excluídos do mercado de trabalho formal pelas transformações estruturais do capital das últimas décadas.

## **O desenvolvimento econômico na economia solidária**

Com a crise do modelo de desenvolvimento fordista/taylorista, a partir da década de 1970 e o movimento de reestruturação capitalista desencadeado desde então, que fragilizou as relações tradicionais de trabalho e o pacto de classes subjacente a aplicação dos preceitos keynesianos de intervenção estatal na economia, observou-se o ressurgimento e o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, como possibilidades de contraponto ao desemprego em massa, ao fechamento e falência de empresas e a exclusão social de parcelas significativas da população da economia de mercado competitiva.

Do mesmo modo desses acontecimentos contextuais, a derrocada do “socialismo realmente existente” no Leste Europeu e na União Soviética (culminando com o fim do modelo soviético de planejamento central da economia em 1991) e a derrota de governos socialdemocratas na Europa, desencadearam e culminaram na desestruturação do mundo do trabalho, resultando na perda de conquistas históricas da classe trabalhadora, especialmente nos países desenvolvidos, com o desmonte parcial do Estado de Bem Estar Social do tipo keynesiano, que vigorou entre as décadas de 1940 e de 1970.

A partir daí observa-se o surgimento e o avanço de outras formas de organização do trabalho através da associação e cooperação entre os trabalhadores no combate ao desemprego e como forma de geração de renda e de sobrevivência no capitalismo contemporâneo, configurando-se como possibilidades de enfrentamento da crise do mundo do trabalho e ao processo de reestruturação capitalista das últimas décadas do século XX e início do século XXI (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Nesse contexto, em contraposição ao capitalismo competitivo e produtor de desigualdades sociais, segundo seus teóricos e defensores, a economia solidária parte do princípio de que a igualdade seria possível apenas com a organização da sociedade em termos de solidariedade e cooperação entre os participantes das atividades econômicas, em substituição à competição e a concorrência como pressupostos naturais do modo capitalista de produção.

Logo, a compreensão do que vem a ser um empreendimento solidário parte da premissa de que a economia solidária.

(...) é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2006, p. 10).

Por conseguinte, a economia solidária parte do princípio de que a organização da atividade econômica de forma solidária está permeada pela democracia e pela cooperação, assentada na autogestão do processo produtivo, isto é, na economia solidária não existem patrões e nem empregados, pois o empreendimento pertence igualitariamente a todos os integrantes. Dessa forma, todos os associados ou cooperados são, ao mesmo tempo, donos e trabalhadores dos empreendimentos solidários (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Em outras palavras, a economia solidária, segundo seus postulados teóricos, apregoa a substituição da competição baseada no contrato entre desiguais, segundo a lógica de concorrência capitalista, pela associação cooperativa entre iguais, isto é, a organização das atividades econômicas permeada pela igualdade de condições entre todos os participantes do jogo econômico, através das lacunas deixadas pelas contradições do próprio modo de produção dominante.

A gênese da economia solidária está fundamentada nos socialistas utópicos do século XIX, destacando-se o britânico Robert Owen e o francês Charles Fourier, expoentes do denominado cooperativismo ou associativismo como formas de enfrentamento e superação do modo capitalista de produção. Segundo Singer (2006), nessa fase, as iniciativas cooperativistas tomaram a forma de um “cooperativismo revolucionário”, tornando “nítida a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista ao capitalismo” (SINGER, 2006, p. 35).

A economia solidária, em termos de desenvolvimento econômico e social, de acordo com Singer (2006), defende uma forma alternativa de desenvolvimento, contrário aos princípios capitalistas de progresso econômico assentado na concentração de renda, na desigualdade social, na degradação ambiental e na intensa exploração do trabalho e dos recursos naturais.

Portanto, o desenvolvimento nos empreendimentos econômicos solidários está associado à produção local de produtos e bens coletivos (desenvolvimento local) e às formas ambientalmente saudáveis de produção e consumo (desenvolvimento sustentável), como princípios de uma sociedade mais justa e igualitária (socialistas utópicos), produzida através da cooperação, da associação e da solidariedade entre os trabalhadores nos empreendimentos e iniciativas solidárias de produção, troca e consumo.

No Brasil, a economia solidária está associada às primeiras experiências de práticas cooperativas ligadas à Cáritas Brasileira da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do



Brasil) e da cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na década de 1980.

Nos últimos anos, os empreendimentos econômicos solidários apresentaram relativa expansão, especialmente após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do governo federal.

### **A crítica econômica marxista e o desenvolvimento como contradição**

Segundo os postulados materialistas dialéticos como método de análise, o desenvolvimento econômico advém da incorporação e difusão de novas técnicas ao processo produtivo numa sociedade onde predomina a propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho, isto é, o desenvolvimento é compreendido como a expansão do sistema produtivo que serve de base estrutural para toda a configuração social existente.

Esse desenvolvimento, por um lado, depende do processo de acumulação de capital, engendrado pelo controle sobre a utilização do produto social e a formação de nova capacidade produtiva, através do controle privado dos meios de produção por meio de uma minoria dirigente, que procura limitar o consumo da coletividade e forjar, com isso, seu poder sobre a mesma, determinando e orientando toda a destinação e utilização de tal produto social. Esse processo se expressa nas desigualdades na distribuição da renda e na concentração de recursos nas mãos dos capitalistas (FURTADO, 1964).

Porém, o desenvolvimento depende também do impulso à melhoria das condições de vida “que atua entre as grandes massas, tanto no sentido da plena incorporação de suas atividades à economia monetária, como no de elevação e diversificação do seu padrão de consumo” (FURTADO, 1964, p. 64), com o impulso ao desenvolvimento se deslocando para o lado dos trabalhadores nas fases avançadas do capitalismo.

Passada a fase de grande oferta de mão-de-obra, pela absorção do excedente gerado pela destruição das formas pré-capitalistas e artesanais de produção e cuja oferta passa a depender do crescimento vegetativo da população, a classe trabalhadora passa a exercer forte pressão sobre o aumento na participação na renda social.

Logo, a pressão da classe trabalhadora sobre a ampliação da participação na renda social (pondo em risco a acumulação de capital e as altas taxas de lucro da classe capitalista),

nas fases avançadas de desenvolvimento do capitalismo, constitui-se na força motriz do desenvolvimento das forças produtivas.

Contudo, os antagonismos de classe (ou a luta de classes) e a pressão da classe trabalhadora, suscitam investimentos no ramo da ciência e da pesquisa científica, com a consequente formação e difusão de inovações tecnológicas incorporadas ao processo produtivo, que tendem a reduzir a quantidade de trabalho necessária por unidade de produto, mantendo-se, assim, por um lado, uma elevada oferta de mão-de-obra e um exército de reserva disponível a qualquer tempo ao capital. Por outro lado, os investimentos em ciência e tecnologia, levados a cabo pela classe capitalista, permitem a manutenção da posição de classe na estrutura social e a conservação de elevadas taxas de acumulação de capital.

Mas, os antagonismos de classe estão inexoravelmente articulados à contradição imanente do capitalismo que determina os rumos da história e a própria posição das classes sociais no interior desse modo de produção, isto é, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes, determinantes do próprio estado da luta de classes, de acordo com o desenvolvimento material e produtivo no modo de produção capitalista.

No famoso prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, Marx (1982), ao explicitar sua visão materialista e dialética sobre a história da humanidade, caracterizou o decurso histórico como uma sucessão de modos de produção, ou seja, a história conformada a partir das relações dos homens com suas bases materiais de produção determinando todo o progresso social e as relações subjacentes.

Dessa forma, “na produção social de sua própria existência, os homens entram em relações determinadas, indispensáveis, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais (...)” (MARX, 1982, p. 82).

Assim sendo, as forças produtivas são caracterizadas como a base material da sociedade, aonde se desenvolve a produção especificamente capitalista, permeada e determinada pela divisão da sociedade em duas classes sociais antagônicas. A propriedade econômica das forças produtivas corresponde, por sua vez, às relações de produção estabelecidas na sociedade e determinadas pela exploração da força de trabalho como fonte de formação e ampliação do capital posto em movimento no processo de produção de mercadorias sob o modo capitalista de produção (MARX, 1982).

A contradição assumida pelas forças produtivas e as relações de produção em determinado período histórico, explicitaria o poder de explicação dessas relações como motor da história, pois “em um certo estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes, dentro das quais até então funcionaram” (MARX, 1982, p. 83), passando a se caracterizar como entraves ao próprio processo de desenvolvimento econômico.

Com base nisso, teria ocorrido a substituição do modo feudal de produção pelo capitalista, por meio do impedimento das restrições feudais ao pleno desenvolvimento e emprego das forças produtivas em seu interior, como no caso da manufatura, que exigia a concentração de um grande número de trabalhadores em um só lugar, entrando em contradição com os laços feudais ou semif feudais de ligação umbilical dos produtores a seus mestres e senhores em locais de produção isolados e dispersos (COHEN, 2010, p. 79).

Sob o modo capitalista de produção, o desenvolvimento das forças produtivas ocorre articulado à aplicação da ciência e da tecnologia ao processo produtivo, desde o desenvolvimento da maquinaria na grande indústria moderna, que foi a resposta capitalista a proibição do prolongamento ilimitado da jornada de trabalho e do uso extensivo de mão-de-obra infantil e feminino no processo produtivo, que se constituía em formas de extração de mais-valia absoluta por meio da exploração incessante e desumana da força de trabalho (MARX, 1988).

No contexto da proibição da intensa exploração da mão-de-obra pelo capital e da extração de mais-valia absoluta naquele momento histórico dos primórdios do modo capitalista de produção, a burguesia, na grande indústria, articulando ciência e tecnologia, passou a intensificar a jornada de trabalho, através do aumento constante da produtividade do trabalho em um mesmo período de tempo.

Isso ocorreu com a aceleração das máquinas (desenvolvimento das forças produtivas) ou da supervisão de um número cada vez maior de máquinas por parte dos trabalhadores. O aperfeiçoamento das máquinas, por sua vez, aumentou a tensão do trabalho e a extração de mais-valia relativa em um período de tempo cada vez mais curto, determinando com isso, a posição das classes sociais no processo de produção, acumulação e ampliação do capital (MARX, 1988).

De forma conclusiva, o desenvolvimento do capitalismo se dá historicamente através da elevação da parte constante do capital em detrimento da parte variável, representando a constituição de um exército de reserva que pressiona os trabalhadores

ocupados a intensa exploração e produção de sobretrabalho excedente para o capital, enquanto os trabalhadores repelidos do processo produtivo são produto desse mesmo trabalho excedente que os obriga a se manter na ociosidade por causa do incremento técnico constante de capitais adicionais que possibilitam a acumulação ampliada através do desenvolvimento das forças produtivas sob o modo capitalista de produção.

No atual estágio do capitalismo contemporâneo é inexoravelmente esse desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (determinantes da posição da classe trabalhadora na luta política e ideológica de emancipação social) e as contradições daí subjacentes, que determinam as condições para o processo de desenvolvimento econômico como contradição assumida em tempos de ressurgimento das tensões de classes sociais e das “novas” formas de inserção da classe trabalhadora no processo produtivo capitalista, agora tornado globalizado e mais excludente ainda.

### **Para além dos discursos, os impactos e as possibilidades das “novas” teorias do desenvolvimento**

Diante das transformações estruturais do capitalismo a partir da década de 1970, através da desregulação das normas fordistas/tayloristas do trabalho assalariado e do movimento de desmonte das políticas keynesianas de bem estar social, o ressurgimento de teorias alternativas do desenvolvimento econômico ocultam interesses e ideologias variadas, como no caso da economia solidária, que engloba as teorias do desenvolvimento local e sustentável e o socialismo utópico para justificar a transformação da sociedade pelo cooperativismo e associativismo dos trabalhadores excluídos do processo de reestruturação produtiva do capital das últimas décadas.

Os empreendimentos econômicos solidários não contam com investimentos maciços em tecnologia, crédito, bens de capital para a ampliação da produção, entre outros instrumentos de políticas estatais, lutando para sobreviver dentro da lógica de desenvolvimento capitalista, estando vinculados mais aos setores de geração de trabalho e renda e de assistência social, através de programas como o de “Segurança Alimentar” e do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) do governo federal, o que dificulta a consolidação e o aprofundamento da política de desenvolvimento socioeconômico, tido como objetivo fundamental da economia solidária no Brasil.

Isso pôde ser constatado em pesquisas de campo<sup>1</sup> nos empreendimentos econômicos solidários dos municípios da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, apontando para o fato de que a economia solidária regional configura-se como um fenômeno residual e complementar à lógica predominante do emprego formal, representada por iniciativas apenas pontuais e permeadas pela necessidade de obtenção de maior ganho financeiro e de complementação da renda familiar, sobretudo nos assentamentos de reforma agrária da região.

Como a manutenção de um expressivo exército de reserva e a precarização do trabalho são funcionais à lógica dominante de extração de mais-valia da parte ocupada do trabalho, os empreendimentos econômicos solidários também são funcionais a essa mesma lógica, ao possibilitar a contenção das contradições sociais engendradas pelo movimento de exploração do trabalho como fonte única de produção e reprodução do capital em tempos de acelerado desenvolvimento das forças produtivas.

Com relação ao combate ao processo de precarização do trabalho, observa-se que os empreendimentos econômicos urbanos com características solidárias, desenvolvidos na região não conseguem reverter à lógica de desestruturação das condições e relações de trabalho, pois os postos de trabalho gerados são caracterizados pela subcontratação, pela contratação por encomenda e por produtividade, através do trabalho em domicílio e por produção realizada (trabalhadores artesãos), funcionando muitas vezes como complemento ao emprego com carteira assinada ou se subordinando diretamente aos ditames do capital, a partir da desmotivação com o trabalho cooperado de cunho solidário.

A manutenção da precarização das condições e relações de trabalho nas atividades solidárias pode ser constatada também no baixo rendimento dos trabalhadores em praticamente todos os empreendimentos econômicos com características solidárias, fazendo com que os mesmos necessitem complementar a renda em outras atividades, tais como o emprego assalariado nas destilarias de álcool da região, a venda nas feiras livres locais ou o emprego domiciliar ou por encomenda na produção de artesanato ou confecções, subordinando-se às renovadas formas de exploração do trabalho verificadas no capitalismo reestruturado contemporâneo.

---

<sup>1</sup> A pesquisa de campo foi desenvolvida entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2013 em vários empreendimentos econômicos solidários da região, que conta com 64 projetos, em 15 municípios dos 53 que fazem parte da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo.

Da mesma forma que a economia solidária desenvolvida na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo não tem a capacidade de substituir o emprego assalariado pelo trabalho associado e cooperado, sendo apenas uma forma pontual e complementar daquele, o desenvolvimento fundamentado nas potencialidades econômicas locais não basta.

O desenvolvimento produtivo das potencialidades econômicas locais necessita de articulações funcionais e operacionais com outras escalas de financiamentos e de investimentos para sobreviver e continuar se reproduzindo na escala local, pois não é no nível local que se definem os principais instrumentos de política macroeconômica, os preços pagos aos produtores e o sistema de crédito e de subsídios à produção nos empreendimentos econômicos solidários regionais.

Mesmo que o objetivo seja o desenvolvimento local de potencialidades econômicas a partir da produção e da prestação de serviços direcionada para o mercado local, comunitário e municipal, de forma contraditória, os empreendimentos econômicos com características solidárias dependem de políticas e de decisões econômicas realizadas na escala federal, como no caso do repasse de verbas dos Programas Federais de aquisição de alimentos aos assentamentos de reforma agrária.

Isso pode ser observado também na formação dos preços pagos aos produtores/trabalhadores solidários, através do estabelecimento de uma lista de preços e produtos determinada pela cotação no mercado nacional e não a partir da variação estabelecida pelo mercado local e regional dos produtos fornecidos pelos trabalhadores/empresendedores solidários.

Além disso, constata-se a dependência do próprio mercado da aceitação de determinadas mercadorias, onde os preços são ditados pelas variações mercantis na escala estadual ou nacional e os rendimentos não dependem tanto da produtividade do trabalho, mas sim do montante colocado à disposição das empresas compradoras e da lei da oferta e da procura, sob regras estritamente capitalistas de concorrência e competitividade.

Se o desenvolvimento local pressupõe a melhoria da qualidade de vida social geral da população, agindo como agente de transformação social, através do surgimento e fortalecimento de movimentos emancipatórios, como destacou Sen (2000), a economia solidária regional não pode ser promotora da emancipação dos trabalhadores, pois se situa entre a sobrevivência individual e a reprodução familiar dos associados ou cooperados solidariamente e não como um instrumento de configuração de movimentos políticos e

sociais de luta pela cidadania e por direitos políticos e sociais advindos agora, paradoxalmente, da escala local de desenvolvimento.

No que tange à problemática envolvendo as articulações do desenvolvimento sustentável com as práticas desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários regionais, observa-se que a preocupação com o meio ambiente aparece em segundo plano na maioria das associações de produtores rurais familiares dos assentamentos de reforma agrária, notando-se a utilização de fertilizantes, adubos químicos e rações industrializadas como forma de tornar a produtividade do trabalho mais rentável, especialmente nos meses de forte estiagem na região.

Isso confirma que a economia solidária regional se pauta mais pela necessidade de sobrevivência familiar dos trabalhadores associados ou cooperados (baseando-se num suposto desenvolvimento econômico), do que necessariamente na preocupação com a preservação dos recursos naturais e com a sustentabilidade ambiental.

Nos empreendimentos econômicos solidários urbanos, a motivação e a preocupação com a sustentabilidade ambiental, aparecem de forma mais expressiva no trabalho direto com resíduos sólidos descartados e coletados pelo poder público municipal, através das cooperativas de reciclagem em vários municípios da região de Presidente Prudente.

Todavia, a reciclagem direta de resíduos sólidos está mais associada ao resgate social dos trabalhadores dos “lixões”, que sobrevivem em condições desumanas de trabalho e de sociabilidade, do que propriamente da preocupação com a sustentabilidade dos recursos naturais derivados do minério de ferro, do petróleo e da celulose.

Vale ressaltar que o que permeia essas atividades não é o montante coletado de resíduos sólidos descartados pela população e nem a produtividade do trabalho, mas sim a lógica concorrencial capitalista, expressa no monopólio na formação dos preços pagos pelo material reciclável e a aceitação de determinados materiais ao longo do ano, conforme a variação de preços no mercado estadual e nacional de resíduos sólidos.

A própria reciclagem de resíduos sólidos encontra determinados limites para a aplicação do reaproveitamento econômico dos materiais descartados diariamente pela sociedade, como por exemplo, a aceitação de determinados materiais pelo seu valor econômico em detrimento de outros materiais e a dependência de excluídos sociais e de desempregados para a realização da coleta.

Nos empreendimentos econômicos solidários a sobrevivência familiar e comunitária sobressai e coloca a preocupação com a sustentabilidade em segundo plano, apontando os limites estruturais impostos pelo processo de produção, reprodução e acumulação de capital ao desenvolvimento sustentável, que impedem sua completa aplicação prática.

Do mesmo modo que o desenvolvimento local e sustentável não basta e são insuficientes na caracterização da solidariedade entre os trabalhadores, a economia solidária regional não tem poder de engendrar o desenvolvimento de forças produtivas superiores e alternativas ao capitalismo para toda a economia e nem o poder de suscitar o desenvolvimento econômico, sendo pontual e atrelado somente às potencialidades locais e comunitárias, o que lhes impede a generalização para todos os ramos e circuitos econômicos e produtivos.

As possibilidades de desenvolvimento econômico ficam relegadas, portanto, ao segundo plano, não apresentando condições de passagem de níveis inferiores para condições superiores de trabalho e de produção, nem de alterar as bases técnicas produtivas, a distribuição da população regional e a redistribuição da riqueza produzida (RANGEL, 2005).

Pelas próprias características técnicas (na maior parte das vezes a produção é toda manual ou as tecnologias utilizadas são obsoletas), operacionais (não possuem sede e funcionam de forma precária) e financeiras (dependem de repasses contínuos e permanentes de verbas públicas) desses empreendimentos, os mesmos são constituídos como alternativas de reinserção de grupos excluídos socialmente.

Por essas condições operacionais e funcionais e sem o desenvolvimento de novas forças produtivas materiais ou da expansão da economia solidária para toda a economia, os empreendimentos econômicos solidários acabam por reproduzir os mesmos mecanismos de produção capitalista, mesmo que se observem inovações nas formas de organização do trabalho e na destinação do excedente de produção, direcionados para entidades assistenciais locais ou comunitárias e não para o mercado concorrencial, ainda que esses empreendimentos dependam da ampliação da produção e da concorrência com empresas capitalistas para continuar sobrevivendo para além da tutela do Estado.

Não tendo capacidade de engendrar novas forças produtivas, alternativas e superiores ao capitalismo e sendo caracterizada pela complementaridade, pontualidade e pelo aspecto residual de suas iniciativas, a economia solidária regional funciona como um instrumento de contenção das contradições do capitalismo reestruturado das últimas



décadas, que excluiu milhares de trabalhadores do processo produtivo ou precarizou as condições de trabalho da parte ocupada do exército de reserva (MARX, 1988).

Esses trabalhadores excluídos passam a compor o exército industrial de reserva, representando materialmente a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (reestruturação e revolução tecnológica) e as relações de produção (trabalhadores excluídos, desemprego e informalidade do trabalho).

**Desenvolvimento das forças produtivas  $\neq$  relações de produção = intensificação do trabalho na produção (extração de mais-valia relativa ampliada), repulsão dos trabalhadores do processo produtivo (pressão sobre a parte ocupada do trabalho), crise do mundo do trabalho (exasperação da contradição histórica fundamental)**

Nessa compreensão teórico-metodológica, a economia solidária regional representa o controle e a supervisão dessa massa de trabalhadores excluídos socialmente, através da qual mantém o equilíbrio necessário para a reprodução ampliada do capital e a “paz” social, condizente com a manutenção do *status quo* e a desmotivação/desinteresse para a organização social e política, para a luta de classes e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Logo, a economia solidária, isto sim, funciona como um instrumento de contenção das contradições sociais, ao tentar reconduzir ao circuito de reprodução do capital, via o associativismo e o cooperativismo dos excluídos do processo de reestruturação capitalista atual, o exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa de Marx (1988), resultando num processo de estagnação da luta de classes, ao impulsionar a união contraditória dos trabalhadores em empreendimentos em que eles próprios são, ao mesmo tempo e paradoxalmente, “empregados” e “donos” da força de trabalho e dos meios de produção.

A despeito das “novas” teorias do desenvolvimento econômico, a contradição essencial continua sendo a tensa relação entre o trabalho e o capital, exacerbada em tempos recentes pelo desenvolvimento das forças produtivas e a desregulamentação das normas sociais fordistas que regulavam as relações sociais e de produção até meados da década de 1970.

Destarte, tanto o desenvolvimento sustentável quanto o desenvolvimento local, em consonância e em articulação funcional e operacional com a economia solidária, servem ao mesmo propósito de evitar o debate sobre essas contradições e a luta de classes engendrada

pelo movimento do capital em seu processo de produção e acumulação de mais valia, através da exploração da força de trabalho, em tempos de intensas contradições entre o acelerado desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção subjacentes.

### **Considerações finais**

A economia solidária desenvolvida na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, como possível instrumento de desenvolvimento econômico se caracteriza pela baixa abrangência e pela baixa geração de trabalho, além da renda mínima auferida pelos trabalhadores, determinando essas iniciativas como pontuais e localizadas, que não tem o poder de se generalizar para toda a economia e nem representar significativamente uma nova forma de organização econômica.

Se de um lado a economia solidária regional apresenta uma abrangência reduzida e um impacto pouco significativo na geração de trabalho e renda, por outro lado, a abrangência apenas local dos produtos e serviços solidários e a dependência do Estado e de entidades da sociedade civil para o funcionamento dos empreendimentos, reduzem essas iniciativas a formas complementares ao próprio capitalismo de mercado, não podendo se consubstanciar como outro modo de produção alternativo aos ditames do capital e a exploração da força de trabalho.

Ademais os empreendimentos econômicos solidários regionais não desenvolvem todas as características da sustentabilidade ambiental, que ficam em segundo plano (no caso dos assentamentos de reforma agrária) ou dependem da aceitação de determinados resíduos sólidos pelo mercado concorrencial, ficando também a mercê dos preços ditados em outras escalas geográficas (cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos), configurando as iniciativas solidárias mais como instrumento de sobrevivência familiar do que a preocupação com a preservação dos recursos naturais do planeta.

Portanto, se a economia solidária (em suas articulações teóricas com o desenvolvimento local, o desenvolvimento sustentável e os socialistas utópicos), não pode ser considerada como alternativa produtiva e social para a transformação da sociedade capitalista atual está serve como instrumento de contenção das contradições sociais engendradas pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas das últimas décadas e as relações de produção subjacentes que não atendem mais aos requisitos de inserção massiva

da força de trabalho, como demandavam as velhas formas de produção fordistas/tayloristas nos “anos dourados” do capitalismo.

Em suma, a união paradoxal dos trabalhadores solidários metamorfoseados em patrões e empregados ao mesmo tempo, obstaculiza a luta de classes e a união dos mesmos em sindicatos e partidos políticos, pois os torna seres sociais híbridos, sem rosto e sem bandeira reivindicatória, sendo que o que os une é a luta diária pela sobrevivência, num novo contexto tecnológico, econômico, geográfico e social de exploração da força de trabalho sob novos paradigmas, apontando para a continuidade do processo de acumulação ampliada de capital neste início de século XIX.

## Referências

ANDERSON, Perry. **Balço do Neoliberalismo**, In: Pós neoliberalismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pág. 09-23.

ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOUDEVILLE, Jacques R. **Les programmes économiques**. 10ª Edição. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.

BOUDEVILLE, Jacques R. **Aménagement du territoire et polarization**. Paris: Éditions M. TII. Génin, 1972, 280 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS e CAGED**. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>> acesso no período de junho de 2011 a fevereiro de 2012

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COUTINHO, Luciano. A Terceira revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP/IE, n. 1, p. 69-87, agosto 1992.

DILLARD, Dudley. **A teoria econômica de John Maynard Keynes. Teoria de uma economia monetária**. 6. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Discussões sobre economia solidária**. Disponível em <<http://www.fb.es.org.br>> acesso em julho de 2012.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME)**, Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em novembro de 2012.

LEIS, Héctor Ricardo. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo: Gaia, 1996.

LEIS, Héctor Ricardo; D'AMATO, José Luís. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

LECHAT, N. M. P. Economia Moral. In: CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: IPEA/UNESP, 256 p., 1981, Tese (Livre Docência).

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador: ano XII, n. 21, pgs. 4-19, julho 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOSO, Jorge Levi. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.

MELO, Nildo Aparecido de. **Economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo: possibilidades, limitações e contradições**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2013, 227 p. Tese (Doutorado em Geografia).

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

PERROUX, François. **L'économie du XXème siècle**. 2. ed. Paris, Presses Universitaires de France, 1967.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Informações sobre projetos de economia solidária**. Disponível em <<http://www.sies.mte.gov.br>> acesso em julho de 2012.

SOARES, Paulo de Tarso P. L. **O pólo dominante de um governo contraditório**. [S.l.: s.n), 2004, Mimeografado.